

Famílias também abrem falência

Tal como as empresas, são cada vez mais as pessoas que declaram insolvência. Sem forma de pagar o que devem e perseguidos pelos cobradores, esta é a única saída

Margarida Davim
margarida.davim@sol.pt

FRANCISCO e Helena caíram num buraco. Aos 45 anos e com dois filhos pequenos, o casal de médicos percebeu que era impossível continuar a pagar todos os créditos. «Por muito que ganhássemos, mal o dinheiro entrava na conta, já tinha destino».

O primeiro empréstimo foi para a moradia que construíram. Mas esse foi só o primeiro passo. Com o tempo, as contas foram-se acumulando até chegarem aos 500 mil euros. «Como a declaração de IRS era boa, o banco dava-nos cartões com *plafonds* que iam até aos 20 mil euros, depois oferecia crédito para um carro. Estavam sempre a oferecer coisas». As facilidades nunca acabavam. Francisco lembra-se de pensar: «Mais cem euros por mês? Não faz diferença». Mas a conta de somar nunca acabava. «A certa altura, já pedíamos empréstimos por telefone para pagar os cartões de crédito».

Francisco ainda tentou

pôr a casa à venda. Mas a crise não ajudou. Desesperado, descobriu na *internet* que podia ser declarado insolvente por um tribunal e ver perdoada grande parte da sua dívida. A solução estava numa lei de 2004, que permite a pessoas singulares, que comprovem não conseguir cumprir os seus compromissos financeiros, declarar insolvência.

Luz ao fundo do túnel

«Há dois caminhos», explica o advogado Luís Martins, «ou a pessoa apresenta um plano de paga-

mentos ou pede a exoneração do passivo». No primeiro caso, faz-se uma proposta de pagamento com um prazo, de acordo com as possibilidades do devedor. «O juiz serve de intermediário e negocia-se com os credores, que têm de aprovar o plano».

Uma das vantagens deste regime é que as pessoas podem, por exemplo, decidir continuar a pagar apenas o crédito à habitação, mantendo a casa. «Como a votação dos credores é feita por maioria, é mais fácil aprovar este tipo de proposta». Mas o regime também é mais exigente

«porque a pessoa tem de cumprir tudo o que se comprometeu a pagar, mesmo que fique doente ou desempregada».

Não seguir essa opção foi o que salvou Paula de cair numa situação ainda mais desesperada. «Pouco depois de iniciar o processo, a empresa onde trabalhava há 13 anos, despediu-me». A comercial de 54 anos decidiu pedir a exoneração do passivo restante. Ou seja, durante cinco anos todos os seus rendimentos são geridos por um administrador de insolvência nomeado pelo tribunal. Passado

esse prazo, fica sem dívidas.

Durante estes cinco anos, Paula tem de viver com a quantia que o juiz – depois de analisar os seus comprovativos de despesa – entender atribuir-lhe. Tudo o resto vai para pagar os quase 200 mil euros de dívidas que acumulou. E os seus bens serão igualmente usados para pagar aos credores.

Paula deixou a casa onde morava, já não tem carro e não pode usar cheques ou cartões de crédito. «É começar do zero».

Luís Martins explica, aliás, que a ideia é mesmo essa. «É o princípio americano do *'fresh start'* (começar de novo)». Com o perdão das dívidas, o sobreendividado recebe uma nova oportunidade.

Enquanto esse dia não chega, Paula trabalha num *call center* e está à procura de um *part-time*. Quando o arranjar, vai ter de notificar o tribunal.

«O juiz tem de ser informado de todas as alterações que afectem o rendimento ou os gastos do agregado familiar», lembra o advogado. Um despedimento, um au-

mento ou até o nascimento de um filho são tidos em conta para alterar o montante que o tribunal atribui à pessoa em processo de insolvência.

«Já tive um cliente que ficou com o carro, porque fez prova de que precisava dele para trabalhar como vendedor da Herba Life», exemplifica Martins.

Pagar comida a crédito

«Corta-se em muita coisa. Anda-se sempre à procura do mais barato», diz Francisco, que ainda não arranhou coragem para contar à mãe a situação em que se encontra. «Os meus amigos não sabem e só os meus sogros têm uma vaga ideia do que se está a passar».

Paula também não quer que se conheçam os seus problemas. «É uma vergonha muito grande e as pessoas não entendem». A sua própria filha não entendeu. «Dei-lhe um portátil, dei-lhe um carro. Dei-lhe tudo o que eu nunca tinha tido». Quando soube da insolvência, revoltou-se e saiu de casa.

Empresas de crédito alvo de denúncias

OS SITES de empresas de crédito prometem resolver todos os problemas: até a insolvência. «A mim pediram-me 3.500 euros dos quais 450 para dar a um advogado do Norte», relata um internauta no fórum do site *insolvencia.pt*, explicando que nunca chegou a conhecer o jurista que o iria representar.

Por conhecer «duas pessoas que foram enganadas», resolveu não pagar e denunciar a situação à Ordem dos Advogados (OA). «Explicaram-me que uma

empresa não pode servir de intermediária na contratação de um advogado».

O jurista Luís Martins confirma que se está perante uma ilegalidade: «É crime de procuradoria ilícita e sei que já algumas pessoas apresentaram queixas contra várias empresas».

Contactada pelo SOL, o gabinete do bastonário da OA não deu, contudo, quaisquer dados sobre estas denúncias nem explicou de que forma pode actuar nestes casos. M.D.



Agiu mal mas não é corrupção

Interpretação polémica do crime de corrupção salva Domingos Névoa, dono da Bragaparkes Pág. 34

Regras para ser perdoado

Antigo Testamento já previa perdão de dívidas de 50 em 50 anos

«**DEMONSTRAR** que se está de boa fé é essencial», sublinha o advogado Luís Martins. Especializado em acções de insolvência, o jurista já perdeu a conta às vezes que os maus conselhos destruíram as hipóteses de resolver os problemas de quem o procura. «**Danificar ou ocultar bens, aliená-los ou doá-los a terceiros são tudo acções que impossibilitam o recurso à insolvência**».

Segundo a lei, quando a «insolvência é culposa» o devedor perde a possibilidade de apresentar planos de pagamento ou pedir o perdão das dívidas. «**O problema é que muitas pessoas vão a empresas de crédito pedir ajuda e depois dizem-lhes para vender tudo ou doar a casa aos filhos e isso é estar a agravar a situação**», alerta.

Todos os actos têm de ser bem calculados. «**Isto mexe com toda a vida da família**». Se, por exemplo, os pais forem fiadores num crédito à habitação, o pedido de exoneração do passivo vai fazer com que o banco se vire para eles para obter pagamento. «**E se, durante os cinco anos do período de exoneração, se receber uma herança, esse dinheiro também vai fazer parte da massa falida, para pagar os credores**».

O advogado explica ainda que o perdão dado pela declaração de insolvência não inclui dívidas fiscais. «**Terminados os cinco anos do processo de exoneração do passivo restante, a pessoa fica sem as dívidas de crédito, mas tem de pagar o que deve ao fisco**».

Mas Luís Martins está confiante de que, quem passa por um processo destes, não vai voltar a deixar acumular as contas. «**As pessoas só querem voltar a ter uma vida normal. E, depois do que passaram, é muito difícil voltarem ao mesmo**». Além disso, recorda, «**o perdão das dívidas é uma coisa que já vem do Antigo Testamento, onde se dizia que de 50 em 50 anos se devia perdoar para que a economia pudesse voltar a ter força**».

Martins defende, porém, que o período de cinco anos para o perdão das dívidas, previsto na lei portuguesa, é demasiado longo. «**Nos Estados Unidos são só três meses e a maior parte dos países europeus também tem períodos mais curtos**».

M.D.



Luís Martins explica que provar a 'boa fé' é essencial

No meio de uma crise familiar, Paula ainda teve de suportar a perseguição dos credores. «**Todos os dias recebia cartas, iam a minha casa, deixavam cartazes afixados na entrada do meu prédio e ligavam-me para o emprego**».

Assim que dá entrada o processo de insolvência, todos os créditos ficam suspensos e o devedor deixa de os poder pagar. Mas nem isso faz baixar a pressão. «**Ligavam tantas vezes, que tive de mudar de número**», conta António, 45 anos, trabalhador da indústria farmacêutica.

Pai de três filhos, António decidiu ajudar a mulher, desempregada de longa duração, a montar uma papelaria. Estavam à espera de um apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional que nunca chegou. «**Sem apoios e com a crise a apertar, tivemos de fechar as portas**». Mas as dívidas já chegavam aos 150 mil euros. «**Já não conseguíamos viver sem usar os cartões de crédito para pagar as coisas mais básicas**».

Não são caso único. Luís

Martins diz que «**há cada vez mais gente com dívidas grandes em cartões de hipermercado para comprar bens alimentares**».

Depressões e suicídios

'Bola de neve' é a expressão mais usada por quem conta na primeira pessoa a história do sobreendividamento. E as consequências não se ficam só pela carteira.

Alguns não aguentam a pressão. «**Tive um cliente que não conseguia contactar, no dia da assembleia de credores que ia apreciar o plano de pagamentos proposto**», conta Luís Martins,



Matou-se no dia em que a assembleia de credores ia votar o seu plano de pagamento de dívidas

que descobriu dias depois porque é que o guarda prisional de 40 anos não respondia às mensagens no telemóvel. «**Matou-se à hora da assembleia que acabou por aprovar o plano**». Deixou uma filha de dois anos.

«**Várias separações, depressões e até suicídios estão relacionados com problemas financeiros**», explica O Endividado. Esconde-se atrás do 'nickname' que dá nome ao seu *blogue*, mas sabe bem do que fala. «**Também requeiri a insolvência, mas ainda estou a aguardar o desfecho do processo**».

Todos os meses, o seu *site* recebe mais de 20 mil 'pageviews' «**e o número tem vindo a crescer mês após mês**». Quem lá vai, encontra histórias de vida para partilhar e o aconselhamento jurídico gratuito de uma advogada, que também só se identifica por um 'nick'. «**Tive problemas, porque pedi financiamento para um negócio que não correu bem**». Desempregado, teve de recorrer a vários créditos para pagar o que devia.

Foi nesta altura que este

antigo consultor financeiro decidiu criar um *blogue* «**com informação útil e um fórum**» onde as pessoas podem contar as suas histórias.

Paula também encontrou consolo no *site* do advogado Luís Martins, *insolvencia.pt*. «**No início ia ao fórum todos os dias**».

Não estava sozinha. O *site* tem cerca de 1.600 utilizadores registados e em 2009 conseguiu chegar às 179 mil visitas. «**Há cada vez mais gente afectada por este tipo de situação**», acredita o jurista.

Há, contudo, poucos dados oficiais sobre a insolvência. O Ministério da Justiça só tem números de 2007 e 2008 – que mostram que nesse ano havia 651 processos deste tipo, mais 210 do que no ano anterior.

A Associação de Defesa do Consumidor (DECO) também não tem dados sobre o problema. «**Só tratamos de questões extra-judiciais**», justifica esta organização.

No Banco de Portugal, também não há números. «**Não dispomos de qualquer informação**», respondeu ao SOL fonte oficial.